

Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana

Autoras:

Letícia Vasques Zerati

Graduação e Iniciação Científica pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo

Vera Santana Luz

Doutora, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo

DOI: 10.58203/Licuri.21021

Como citar este capítulo:

ZERATI, Letícia Vasques; LUZ, Vera Santana. Abrigos de rua: estratégias emergenciais de sobrevivência urbana. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). *Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-15.

ISBN: 978-65-85562-10-2

Resumo

Este estudo investiga soluções emergenciais adotadas pela população em situação de rua para se abrigar nas metrópoles, tendo como estudo de caso a área central São Paulo e três outras situações pontuais. Diante da desigualdade e violação do direito à habitação que afeta a maioria das grandes cidades brasileiras, o estudo considera a população de rua como exclusão social extrema. Sendo a arquitetura, em seu âmago, o abrigo, tem-se isto como perspectiva, ao analisar estratégias emergenciais da população de rua, em seu estado sistêmico de urgência. O trabalho utiliza a revisão de referências teóricas e pesquisa observacional de campo, como discussão crítica da impossibilidade do estatuto legal, já avançado, em garantir o direito à habitação e à cidade, perante o paradoxal recrudescimento deste contingente. Os abrigos são investigados por meio de inventário sistemático e análise crítica, incluindo registros fotográficos, obtidos em campo. O foco da investigação compreende a tentativa de compreender a dinâmica material dos abrigos de rua, para constituição de um acervo inicial referente ao tema. Da conexão entre a fundamentação teórica, os aspectos legais e a análise dos abrigos, resulta um quadro inicial da condição atual da população de rua, em contraste às noções de direitos institucionais.

Palavras-chave: População em situação de rua. Abrigos emergenciais. Expedientes materiais. Desigualdade urbana. São Paulo.

INTRODUÇÃO

O motivo pessoal pelo qual este estudo nasceu adveio da interrogação latente do que é arquitetura, para que serve, e a revolta do porquê não são todos que a podem acessar. Esta pergunta, foi repensada ao longo da pesquisa, com a compreensão gradual de que nem todos têm acesso a uma arquitetura digna, considerando o contexto da sociedade capitalista atual; entretanto, a necessidade de se abrigar está presente incontinenti nas pessoas, vivendo arquitetura todos os dias e, quando possível, todas as noites, mesmo na extrema precariedade e no ambiente urbano paradoxalmente infraestruturado.

Considera-se, portanto, como abrigo, qualquer expediente, desde uma barraca em local fixo, o espaço livre sob uma ponte ou cobertura existente, até um cobertor e alguns pedaços de papelão — todas as situações são arquitetura —, como estratégias na extrema carência, para sobreviver na cidade contemporânea, quando não há provimento ou garantia de moradia.

Buscou-se analisar essa arquitetura, elencando os materiais empregados, estratagemas e rudimentos técnicos utilizados, relação com os locais da cidade onde se encontram essas instalações, sua permanência ou transitoriedade, levando em consideração o contexto e a permeabilidade ou rechaço do tecido urbano. Acredita-se que a observação e sistematização destes processos pode orientar o entendimento das necessidades não atendidas como direito e possa inspirar, futuramente, ações concretas e políticas públicas, bem como evidenciar as potencialidades das pessoas, mesmo em condições extremas.

Dentro da estrutura de uma pesquisa maior, orientada pelo Grupo de Pesquisa onde se insere este trabalho, a área de estudo elencada foi o centro da cidade de São Paulo, como exemplaridade, dada a complexidade de seu caráter metropolitano, onde foram observados esses expedientes de arquitetura que permeiam as ruas, calçadas, praças, largos, baixos e elevados, dentre outros espaços públicos, em suas particularidades e situações distintas. Esta investigação limitou-se aos aspectos materiais e contextos, tendo consciência da provisoriedade dos abrigos de rua e das apropriações do espaço urbano, bem como da maior complexidade do tema. Relações diretas no âmbito pessoal dos moradores de rua não foram consideradas como foco principal de observação, dada a

complexidade deste escopo perante o período destinado à pesquisa, mas compreendeu-se que observar e analisar a materialidade de um abrigo, no contexto do estudo de caso, pode constituir insumos sobre a forma como vivem, concretamente.

A discussão da clássica relação centro-periferia, onde o primeiro é território de privilégios e o segundo de exclusão, adquire novos matizes em formulações teóricas mais recentes (TORRES *et al.*, 2003). A migração do capital e das classes hegemônicas no sentido sudoeste, em São Paulo (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2007; FIX, 2007), acarreta o abandono das elites da região central, especialmente do centro histórico, e sua popularização. Nesse fenômeno, os moradores de rua são protagonistas da crise urbana, prevalecendo sua ocupação nesses territórios em que, embora à margem da sociedade, como “excluídos de tudo”, têm maior condição de sobrevivência, na urgência, aproveitando das migalhas que a oferta de infraestrutura das áreas centrais disponibiliza e cujos espaços públicos outrora símbolo de opulência, mostram seu avesso que, em verdade, é sua face mais contundente (FIPE, 2015).

Tendo em vista o panorama o centro da cidade de São Paulo, o estudo investigou abrigos emergenciais de rua, em sua materialidade, além de observar os mecanismos adotados e soluções encontradas pela população em situação de rua, para se abrigar e buscar sobreviver no meio urbano, perante o cenário recorrente de desigualdade. A partir da perspectiva da violação do direito de morar, garantido constitucionalmente, tem-se em vista o panorama extremo da disparidade socioeconômica, e, portanto, espacial, que atinge a maioria das grandes cidades brasileiras, como também mundiais.

No quadro apresentado, este estudo teve, como intenção primária, tentar compreender e discutir, uma pequena parte, como amostragem, do que muitos tentam ignorar, nesta dinâmica urbana que permeia o cotidiano dos habitantes das cidades — todos cidadãos. Como objetivo, portanto, pretendeu-se criar um arcabouço de informações por meio da sistematização dos dados observados e sistematizados, para constituir um o acervo específico, como contribuição, acerca do tema dos abrigos de rua.

METODOLOGIA

O trabalho foi constituído com base na seleção e investigação de referências para fundamentação, incluindo uma revisão da literatura teórica bibliográfica sobre a

urbanização brasileira, com enfoque específico no fenômeno urbano de São Paulo. Neste âmbito, foram analisados livros, artigos, teses e dissertações acadêmicas, disponíveis em diferentes meios. Dentre os autores utilizados como referência salientamos, Bonduki (1999; 2018; 2020), Esquinca (2013), Montes (1995), Maricato (2018) e Rolnik (2007).

A pesquisa compreendeu a articulação de dados censitários e socioeconômicos municipais, tais como os Censos da População em Situação de Rua de 2015 e 2019, (FIPE, 2015; QUALITEST, 2020), realizando, paralelamente, a investigação de marcos legais, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e leis e políticas municipais de São Paulo, concernentes ao tema.

Após o estudo sistematizado da seleção de referências e a construção do embasamento teórico acerca do fenômeno urbano em São Paulo e do estatuto legal, foi elaborada a metodologia de observação e análise dos estudos de caso. Foi selecionada uma amostra de diferentes abrigos nas ruas, em áreas públicas centrais da cidade de São Paulo, dois exemplares em bairros do considerado centro expandido, Higienópolis e Vila Mariana, e outro na zona sul da cidade, a Chácara Santo Antônio. Alguns indicaram certa permanência em determinados espaços, o que possibilitou um acompanhamento temporal; já outros foram observados uma só vez, em momentos oportunos, dada sua condição nômade.

Referente à análise dos estudos de caso, elaborou-se um processo analítico, para sistematizar os abrigos de forma a possibilitar a contabilização e comparação de dados e imagens documentais coletados. Como metodologia da observação do estudo de campo, primeiramente as fotos realizadas foram datadas, permitindo o registro do acompanhamento no tempo, de alguns dos casos de estudo. Como mencionado, devido à efemeridade de sua situação, uma certa parcela investigada não permitiu relatos em mais de uma data, evidenciando a transitoriedade de instalação deste contingente no espaço urbano. Os abrigos foram registrados de acordo com sua localização, por endereço ou proximidade a pontos referenciais, constituindo um mapa geral da localização dos exemplares estudados.

Para os resultados das análises, foi criada uma ficha padrão mestra com oito campos, que foram julgados importantes para a investigação, de cunho material e pessoal. Os itens de classificação compreenderam: o mapa de localização; a(s) fotografias de registro realizada(s); o local do espaço público de implantação; os materiais utilizados

para o abrigo; mecanismos de constructo; rudimentos indicativos de trabalho; rudimentos indicativos de pertences pessoais; rudimentos indicativos de interação afetiva com pessoas e/ou animais. Os abrigos foram classificados em estágios (inferior, médio e avançado) de acordo com sua complexidade, sendo a eficácia da proteção a principal diretriz de classificação, considerando que um material de menor qualidade não necessariamente oferece menor proteção que um de maior qualidade, dependendo da maneira como é aplicado e utilizado pelo indivíduo. Situações com observação em mais de uma data geraram mais de uma ficha para o mesmo abrigo. Dessa forma, foi possível analisar todos os dados de cada abrigo investigado, qualificar, correlacionar e contabilizar os dados. Desse modo, resultou do estudo de campo e sua análise, catalogação sistematizada das informações que configurou uma série de tabelas. Atribuiu-se um número para cada tipo de material, sendo este ditado pelos atributos de durabilidade, capacidade de proteção e utilidade dos pertences. Foi possível, assim, comparar as situações materiais e pertences, graus de permanência, diversidade de locais de implantação e um primeiro cotejamento entre abrigos localizados na área central daqueles localizados em áreas não centrais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cotejamento dos marcos legais referentes ao direito à cidade e moradia, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 1988; 2001; 2020), evidenciam o descaso sofrido pela população em situação de rua como inconstitucional. O direito à moradia é garantido desde 2000, a partir da Emenda Constitucional n°26, de 14 de fevereiro de 2000, que inclui moradia como um direito social:

[...] São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2020, art. 6, grifo nosso)

Com o crescimento da população urbana na cidade de São Paulo a partir dos anos 1940, a expansão do tecido urbano foi expressiva. O grande contingente de migrantes na cidade, a ineficácia de políticas públicas de habitação e infraestruturas, além dos fatores

econômicos na relação capital e trabalho, acarretou uma grande ocupação das bordas da cidade pelas classes subalternas, ampliando e espraiando significativamente a área urbanizada. Como consequência, as habitações autoconstruídas incompletas e a urbanização improvisada configuram essa paisagem, que chega ao seu paroxismo, até nossos dias.

Perante esta condição estrutural, que abrange o grande crescimento populacional na metrópole, crises sucessivas em 1980 – com repercussão nos anos 1990 – e em 2008, com aumento significativo de pobreza e desigualdade, o número de pessoas que passaram a viver nas ruas se torna, somente em 2009, um tema de políticas públicas (BRASIL, 2009), a despeito do que este contingente tem crescido nos últimos anos (SÃO PAULO, 2015; QUALITEST, 2020).

Exemplo de estudo de caso

Os abrigos, analisados a partir de observação e registros fotográficos realizados em campo, gerou a amostragem de treze abrigos, totalizando quarenta fotografias. Este conjunto foi dividido em duas categorias: abrigos nômades, observados e fotografados em apenas uma data, com informações instantâneas (totalizando 9); e abrigos acompanhados por mais de uma data, permitindo a análise nas esferas de espaço e tempo (totalizando 4). Deste conjunto, dez se localizaram na área central da cidade de São Paulo, e três se encontraram externos a essa área, nos bairros do centro expandido – Higienópolis, Vila Mariana e em um bairro na zona sul, Chácara Santo Antônio.

Como referido, para os estudos de caso, foi desenvolvido um método que consiste na eleição de alguns elementos, que foram observados e catalogados em tabelas, para possibilitar a construção de uma sistematização adequada. A análise dos abrigos se deu a partir dos dados resultantes da observação. A tabela mestra, com oito campos que julgados importantes para a investigação, consideraram:

- Local de implantação: que aponta a tipologia do espaço da cidade onde o abrigo é localizado, como, por exemplo, praça, calçada, baixo de viaduto, canteiro central, calçadão, entre outros;
- Estágio do abrigo: uma classificação estabelecida para catalogar os abrigos de acordo com o grau de proteção, em três categorias: inferior – abrigos que apresentam proteção mínima, sem cobertura ou vedações, configurados apenas com o expediente

de utilização de determinado elemento como proteção, sem alterá-lo, necessariamente, para confecção; intermediário – abrigos com proteção mediana, que podem apresentar alguma vedação ou cobertura montada, mas que contemplam alguma fragilidade na composição da proteção; avançado – abrigos que possuem proteção elaborada como artefato, com cobertura e vedações.

- Materiais utilizados: que descreve os materiais usados pelos moradores de rua para confeccionar seus abrigos ou materiais apropriados pelos mesmos para elaborar estratégias de montagem;
- Mecanismo(s) de constructo(s): em que é apontada a existência ou inexistência de cobertura ou vedações construídas, e se a construção utiliza anteparos urbanos como muros ou coberturas de edifícios existentes para sua implantação;
- Rudimentos indicativos de trabalho: mediante sinais que possam indicar alguma rotina de tarefas;
- Rudimentos indicativos de pertences: em que são considerados objetos de uso não diretamente relacionados à construção do abrigo;
- Rudimentos indicativos de interação afetiva: mediante observação de indícios de relação com algum(ns) outro(s) morador(es), companhia, animal de estimação, ou ambos.
- Imagens fotográficas da instalação dos abrigos.

De acordo com esta classificação, foram construídas tabelas para cada abrigo, para a análise dos elementos e sua frequência, bem como diferenças entre abrigos e comparativos perante sua localização. Como todos os dados são predominantemente qualitativos, houve alguma dificuldade de compatibilização, essencialmente os dados de materiais utilizados nas construções e os pertences catalogados. Os indicadores de locais de implantação dos abrigos, estágios dos abrigos, rudimentos indicativos de trabalho e rudimentos de interação afetiva não apresentaram dificuldades de compatibilização, visto que consistiram em respostas simples e circunstanciadas.

O impasse na contabilização dos materiais e pertences partiu do pressuposto de que, por exemplo, um pedaço de papelão não possui mesma potência que um estrado de cama, visto que oferece menos proteção, é mais frágil, mais perecível e mais fácil de ser adquirido. Seguindo essa lógica, foi estipulada uma divisão de categorias, levando em consideração o aspecto material do apetrecho, a facilidade de ser encontrado no meio

urbano e a possibilidade de oferecer maior ou menor proteção, novamente reforçando que a proteção de um abrigo não depende apenas do tipo de material que o constitui, mas da forma como é empregado. As categorias foram esquematizadas nas Tabelas 1 e 2.

É importante frisar que a classificação adotada não indica a qualidade dos abrigos como conjunto, visto que o modo com que os moradores utilizam e usufruem dos objetos são distintas, possibilitando variações como: grande número de materiais em abrigos de baixa proteção ou baixo número de materiais em abrigo eficientes e com melhor proteção, constituindo uma análise quantitativa. A tabela mestra, estabelecida a partir dos níveis inferior, intermediário e avançado, considerou a proteção oferecida pelo abrigo, independentemente dos materiais utilizados, como descrito.

Mediante a análise dos abrigos foram contabilizados os materiais utilizados na construção, seja um papelão ou *pallet* usado como base ou piso, um cobertor ou tecido utilizado como vedação ou uma lona como cobertura.

Tabela 1. Divisão de categorias e valores atribuídos aos objetos e materiais classificados como “pertences” dos estudos de caso em São Paulo.

Categoria	Pertences	Valor atribuído
A	Sacolas plásticas, papelão, caixas de papelão, galões d'água, roupas, panos	1
B	Material plástico, lonas, espumas, colchões, cadeiras, panelas	2
C	Casinha de cachorro, carrinho de supermercado, estrado	3
D	Veículos, carroças, anexo construído como depósito	5

Fonte: As autoras, 2020.

Tabela 2. Divisão de categorias e valores atribuídos aos objetos e materiais classificados como “materiais utilizados” para os abrigos dos estudos de caso em São Paulo.

Categoria	Materiais	Valor atribuído
A	Papelão, caixas de papelão, cobertores, tecidos, panos, tijolos	1
B	Espuma, lonas, material plástico, colchões, <i>pallets</i>	2
C	Estrados e <i>boxes</i> de camas, compensados e madeiras	3
D	Barracas	5

A partir do momento em que um indivíduo se apropria de determinado material e o manipula para conformar um abrigo com vedação, cobertura ou ambas, este foi considerado arquitetura e, dessa forma, foi contabilizado. Os abrigos de estágio inferior foram reputados como estratégias de sobrevivência urbana, devido à ação do indivíduo em se apropriar de determinado material ou mobiliário urbano e aplicar sua habilidade em utilizar de estratagemas, em conjunto com a consideração do espaço da cidade adotado para sobreviver; entretanto, não foram considerados como construção propriamente dita, dado não haver manipulação dos materiais para criar uma estrutura.

Apresentamos, a seguir, o exemplo de um dos abrigos analisados e catalogados (Figura 1; Tabela 3); neste caso o abrigo foi observado em cinco datas diferentes, em intervalo de 14 meses, na área central de São Paulo, na Rua Formosa, defronte ao Vale do Anhangabaú, entre a Praça Ramos de Azevedo e a Praça das Artes. As imagens a seguir são da primeira vez em que o abrigo foi documentado e fotografado.

O abrigo exemplo foi analisado em cinco datas, totalizando um ano e dois meses registrados, de permanência no mesmo local. Foi classificado como avançado, sem variações significativas para mudar de estágio. O gráfico (Figura 2) relacionado aos pertences e aos materiais utilizados na construção do abrigo nas datas analisadas mostra a evolução material do abrigo, adquirindo aparatos mais duradouros e que oferecem maior proteção, como os painéis de madeira compensada, estrado de cama e pertences mais substanciais, como a confecção de um elemento anexo para depósito e um carrinho de supermercado.

O abrigo privilegia as vedações laterais e mostra menor preocupação com a cobertura, visto que se localiza em um calçadão, no recuo de um imóvel abandonado, usufruindo dessa cobertura e nicho existentes. Em alguns momentos são dispostos materiais como lonas plásticas, no vão entre a construção e uma vedação confeccionada pelo morador, utilizando placas de madeira laminada, cordas, pedaços de tecidos e panos amarrados.



Figura 1. Exemplo de abrigo estudado, foto realizada dia 29 de novembro de 2019 (Fonte: As autoras). Figura menor: Mapa de localização do abrigo no centro de São Paulo (Fonte: adaptado de Google Maps).

Tabela 3. Tabela de dados observados do abrigo exemplo, em 29 de novembro de 2019, no centro de São Paulo.

Local de implantação	Calçadão
Estágio do abrigo	Avançado
Materiais utilizados	Corda, lona preta e tecido como cobertura, box de cama como vedação, madeira laminada
Mecanismo(s) de constructo(s)	Cobertura e vedações construídas
Rudimentos indicativos de trabalho	Não
Rudimentos indicativos de pertences	Sim, sacolas plásticas
Rudimentos indicativos de interação afetiva	Não

A baixa quantidade de pertences pode ser atribuída à organização das vedações do abrigo e ao depósito anexo; esses dois fatores resultam no resguardo dos bens do morador para que não fiquem expostos e, dessa forma, não ficaram identificáveis, apesar da indicação provável de haver outros pertences, não à vista.

Este abrigo é um bom exemplo de caso cujo sujeito aderiu por evidência, por um período de tempo, ao sedentarismo. A análise no tempo mostra que o morador buscou se manter e evoluir seus aparatos o local onde se instalou, adquirindo novos materiais e adotando estratégias para suprir suas necessidades urgentes, como podemos ver pela utilização de um estrado de cama como varal, rudimentos de correlação entre o abrigo e uma casa fixa, na qual o sujeito busca maior complexidade para o abrigo, tentando reproduzir rudimentos de uma residência. A disposição do abrigo na fachada do edifício abandonado, mostra um caso no qual o morador utilizou a preexistência dos grandes pilares de concreto como divisórias de ambientes, indicando uma hierarquia de espaços do abrigo.

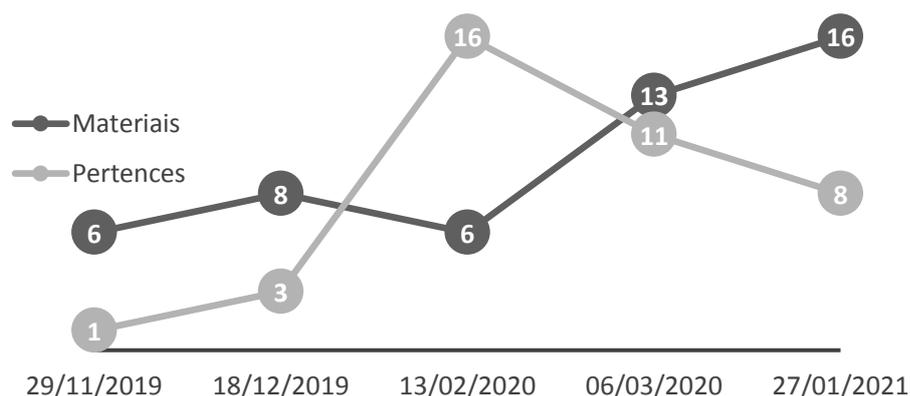


Figura 2. Comparativo entre materiais e pertences entre as cinco datas de análise do abrigo exemplo, no centro de São Paulo.

Com respeito à evolução de materiais e pertences relativos ao abrigo exemplo, nota-se a franca ampliação dos pertences, até março de 2020, e, depois, uma queda relativa a janeiro de 2021. No que diz respeito aos materiais de constructo, a evolução foi contínua. Entende-se, preliminarmente, que a sedentarização de um abrigo de rua em local fixo tende à ampliação. No entanto, seria necessário o acompanhamento subsequente para conclusões definitivas.

As estratégias emergenciais de sobrevivência urbana investigadas nesta pesquisa abordaram abrigos elaborados, construídos com diversos tipos de materiais e utilizando aparatos da paisagem urbana, mas também consideraram simples ações como, por exemplo, a escolha estratégica de se deitar sob uma árvore para proteção do sol. Observou-se que os materiais mais comuns foram aqueles encontrados em maior

abundância no meio urbano, como papelão e sacolas plásticas; também se viu com frequência, a utilização de lonas plásticas, devido à sua capacidade impermeabilizante. Concluiu-se que esses materiais comparecem, recorrentemente, não apenas devido à quantidade disponível, mas também à necessidade constante de movimentação dos moradores, principalmente os que se instalam nas áreas centrais que, além de se encontrar em situação de vulnerabilidade, precisam lidar com a tomada de seus pertences em ações da zeladoria urbana. Dentre os mecanismos utilizados para a construção dos abrigos, podemos citar o aproveitamento de aparatos do meio urbano como apoio para sua confecção, como muros, bancos, pilares, marquises, anteparos e coberturas, como proteção.

De acordo com a amostragem de estudos de caso, foi possível inferir que os moradores de abrigos em áreas centrais, apesar de disporem da maior oferta de infraestruturas e sobras materiais, devido à localização, precisam lidar com maior frequência de ações da zeladoria urbana (CARDOSO, 2020) e, constantemente, recomeçar a reunir materiais e pertences para a confecção de abrigos, tema que pode ser alvo de desdobramento deste estudo, a partir da suposição de que esses conflitos frequentes agravem as inseguranças dessa população, tornando a situação de vulnerabilidade ainda pior, contrastando com as políticas setoriais para este contingente. Investigar paradoxos entre os avanços do estatuto legal, os planos e programas, que, de certa forma, podem se dar a critério das diferentes perspectivas de cada gestão municipal, seria importante para pesquisas subsequentes sobre a população de rua em São Paulo e sua permanência nos logradouros públicos. Pela relativamente pequena amostragem dos abrigos que não se instalaram no centro, depreendeu-se que, apesar de não serem tão frequentemente violados por ações de zeladoria – permitindo que seus pertences e materiais adquiridos pudessem ser mantidos por mais tempo –, em geral possuem menor oferta de infraestruturas urbanas.

Foi verificável que há graus de complexidade mensuráveis, pelas estratégias de confecção dos abrigos, pela quantidade e qualidade dos pertences complementares ao abrigo, por sinais indicativos de sedentarização ou nomadismo, de trabalho e de interação afetiva. Nesse quadro, especialmente, temos a observação, em uma cidade de caráter metropolitano – cujos índices de desenvolvimento econômico são os mais altos do país –, de que estamos imersos em um sistema em que, apesar da elaboração políticas públicas para atender às consequências de sua lógica excludente, mantém a condição de

desumanização e desigualdade de expressivo contingente de pessoas em situação de rua, dada sua permanência nestas condições. A presença dos moradores de rua é um lembrete diário, em plena vista, que todos veem, mas a maioria tenta ignorar. Morar na rua é, essencialmente, um ato de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que, mesmo as pequenas ações em situações extremas de vulnerabilidade, são idealizadas e fundamentais para a sobrevivência em situações extremas. Concluímos, salientando a contribuição desse trabalho para o acervo de conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua. Devido ao embasamento teórico e ao estudo de campo de amostras selecionadas, pretendemos que possa ser uma contribuição na reivindicação sobre os direitos da cidadania, através das análises críticas nele contidas. No grupo de pesquisa em que está articulado, apontou para a possibilidade de seu desdobramento em outros trabalhos. com aprofundamentos etnográficos e diretrizes de projeto e ação, articulados à função social da arquitetura e urbanismo.

Fechando este texto, utilizamos deste espaço para questionar: Abrigos de rua são arquitetura para você?

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BONDUKI, N. (Org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BONDUKI, N. São Paulo, a cidade onde a população em situação de rua mais cresce no mundo. *Minha Cidade, Vitruvius*, São Paulo, n. 235.01, fev. 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional n° 26, de 14 de fevereiro de 2000*. Altera a redação do art. 6° da Constituição Federal. Brasília, DF, 14 fev. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2026%2C%20DE,6o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=.%22%20\(NR\)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2026%2C%20DE,6o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=.%22%20(NR)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. *Lei n° 10.257, de 10 de junho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF, maio 2008. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CARDOSO, W. Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua. *Folha de São Paulo, São Paulo Agora*, 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/08/prefeitura-de-sao-paulo-passa-o-rapa-e-leva-pertences-de-moradores-de-rua.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ESQUINCA, M. M. M. *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FIPE. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. PMSP. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. SMADS. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015. Relatório Completo do Censo. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo - 2015*, São Paulo, maio 2015.

FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2018.

MONTES, M. L. População de rua: sua identidade e a questão da cidadania. In: ROSA, C M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.191-199.

QUALITEST. PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMADS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatório completo do censo. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população*

na cidade de São Paulo - 2019, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2007.

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. São Paulo: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 97-128, 2003.

VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute, 2001.